

ATA 31ª REUNIÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DE SEGURANÇA HÍDRICA E GOVERNANÇA

Data: 26/06/2025 Início: 9h30min Duração: 1h30 min Término: 11h Local: Auditório IPECE

QUADRO DE PRESENÇA			
SETORIAIS	NOME	FUNÇÃO	PRESENÇA
COORDENAÇÃO UGP /IPF	Alice Helena da Silva Pinto Menezes	Coordenadora da UGP	PRESENTE
	André Morel Gonzaga	Consultor Individual	JUSTIFICADO
	Giuseppe Furtado Nogueira	Consultor Individual	PRESENTE
	Laura Gonçalves Marques	Técnica	PRESENTE
	Rodrigo José Almeida Rufino	Consultor Individual	PRESENTE
	Fabiana Castro	Técnica	PRESENTE
	Thâmara Aragão Teixeira Fernandes	Técnica	PRESENTE
	Carlos Wagner Rios Pinto	Consultor Individual	PRESENTE
	Christina Bianchi	Consultor Individual	PRESENTE
ARCE	Marcio Venicius Ribeiro Carioca	Titular	PRESENTE
	Alexandre Caetano da Silva	Suplente	PRESENTE
CAGECE	Abigail Lino de Araújo	Titular	JUSTIFICADO
	Neuma Maria Silva Buarque	Suplente	AUSENTE
	Gil Costa Lima	Representante	PRESENTE
CGE	Marcos Henrique de C. Almeida	Titular	PRESENTE
	Ítalo José Brígido Coelho	Suplente	AUSENTE
SCIDADES	Thiago Campelo Nogueira	Titular	AUSENTE
	Carla Leite da Escóssia Abreu	Suplente	PRESENTE
COGERH	Denilson Marcelino Fidelis	Titular	AUSENTE
	Sarah Furtado Freire	Suplente	PRESENTE
	Mikaelle Duarte	Representante	PRESENTE
	Anthony Maia	Representante	PRESENTE
	Zélio Leandro E. Júnior	Representante	PRESENTE
FUNCEME	Francisco Hoilton Araripe Rios	Titular	PRESENTE
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	AUSENTE
IPECE	Cleyber Nascimento de Medeiros	Titular	AUSENTE
	Ana Cristina Lima Maia	Suplente	PRESENTE
SDE	Sílvio Carlos Ribeiro Vieira Lima	Titular	AUSENTE
	Hyperides Pereira de Macedo	Suplente	AUSENTE
	Vandemberk Rocha	Representante	PRESENTE
SEPLAG	Francisco Adauto de Oliveira	Titular	PRESENTE
	Marcelo Correia Lima a Rocha	Suplente	AUSENTE
SRH	Adahil Pereira de Sena	Titular	AUSENTE
	Raimunda Helena de Lima Menezes	Suplente	AUSENTE
	Luiz Carlos da Mota	Representante	PRESENTE
	Moacir Lima	Representante	PRESENTE
TCE	Liana Peixoto Brandão Bandeira	Titular	JUSTIFICADO
	Luís Sávio Pires de Braga	Suplente	AUSENTE

I. INTRODUÇÃO

Às 9h30 do dia 26 de junho de 2025, **Alice Menezes (UGP/IPECE)** – Iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

Alice Menezes (UGP/IPECE) - Informou ainda que a reunião estava sendo gravada para elaboração da Ata e apresentou a pauta dos assuntos a serem tratados por meio de arquivo em *Power Point*,¹ conforme pauta abaixo:

1. Aprovação da Ata da 30ª Reunião do Comitê;
2. Informações Importantes;
3. Pontos Críticos da Execução – Diagnóstico, Riscos e Recomendações;
4. Gerenciamento Financeiro;
5. Atividades de Assistência Técnica;
6. Indicadores; e
7. Apresentação dos Resultados.

II. APROVAÇÃO DA ATA

Alice Menezes (UGP/IPECE) – Indagou aos participantes se teriam comentários acerca do conteúdo da Ata da última reunião do Comitê, que foi encaminhada por e-mail no dia 04 de junho de 2025. Informou que as sugestões recebidas foram incorporadas à Ata. Como não houve objeções, a Ata foi aprovada por unanimidade.

III. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Alice Menezes (UGP/IPECE) – Informou os seguintes pontos:

1. Solicitação de Nota Técnica – Relatório de Desempenho IPF/CE (1º semestre de 2025):
 - Envio das informações até o dia 30/06/2025 (segunda-feira);
 - Envio das informações Socioambiental até o dia 11/07/2025 (sexta-feira).
2. Alteração dos Membros do Comitê;
3. Auditoria do TCE; e
4. Previsão da Missão do Banco Mundial: 20 a 24 de outubro de 2025.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre o ponto 1, solicitou que as setoriais enviem atualização da nota técnica para subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho do 1º semestre.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Ainda sobre o ponto 1 reforçou a importância de enviarem as informações socioambientais até o dia 11/07.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Sobre o ponto 4, ressaltou que as alterações nos membros do Comitê devem ser informadas via Ofício. Em casos de troca do gestor da Pasta, a UGP encaminha Ofício ao novo gestor com informações sobre o Projeto e quem são os membros do Comitê para que o mesmo decida se mantém ou substitui. Destacou que caso algum membro e seu suplente não possam comparecer, a setorial deve enviar um representante para fornecer informações sobre as atividades sob a responsabilidade do órgão.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Informou que o Tribunal de Contas do Estado - TCE irá iniciar o processo de auditoria de 2024 dos contratos do Projeto e destacou a importância de que as equipes já organizassem a documentação dos processos de licitação e de execução contratual, incluindo os pagamentos realizados, para auxiliar o TCE na coleta e análise dos documentos.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Pontuou que a próxima missão de supervisão já tem data marcada e é de extrema importância que os membros do Comitê informem aos seus respectivos gestores para que também reservem as datas em suas agendas, sobretudo nas reuniões de abertura e de encerramento.

IV. PONTOS CRÍTICOS DA EXECUÇÃO – Diagnóstico, Riscos e Recomendações

Quadro 1 - Pontos Críticos Ajuda Memória BM _2025

Item	Avaliação (abr/2025)
Objetivo de Desenvolvimento (PDO)	Moderadamente Satisfatório
Implementação (IP)	Moderadamente Insatisfatório
Contrapartida	Moderadamente Insatisfatório
Gestão Financeira	Satisfatória
Salvaguardas	Moderadamente Satisfatório
Término do Projeto	31 de dezembro de 2026

Fonte: UGP/IPECE

Alice Menezes (UGP/IPECE): Ressaltou alguns pontos críticos que foram destacados na Ajuda Memória do Banco. O primeiro deles foi o fato de dois tópicos estarem avaliados como Moderadamente Insatisfatório, sendo a implementação e a contrapartida. Ambos têm relação com os aportes de contrapartida da fonte Tesouro estarem aquém do acordado/esperado podendo impactar na execução das obras do SAB-SC e do Projeto como um todo.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Ainda sobre o item acima, observou que cada um dos quesitos já havia sido discutido previamente durante a negociação do Acordo de Empréstimo. No caso da contrapartida houve uma previsão do Estado. No entanto, durante a implementação do Projeto, houve discussões e adaptações desse cronograma. E, dado que o Estado não tem conseguido responder a tempo, o Banco está considerando rebaixar a avaliação para moderadamente insatisfatório nesse quesito.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Com relação ao último item do Quadro 1, resalto que o Projeto se encontra atualmente em fase avançada de execução, com a maioria dos contratos já firmados e restando apenas a conclusão de algumas licitações. Dessa forma, sugere que o Comitê foque na conclusão do Projeto.

Quadro 2 - Diagnóstico, Riscos e Recomendações

Ponto Crítico	Execução	Risco	Recomendações	Ações Realizadas	Ações a realizar	Prazo
Contrapartida	SRH, SEPLAG, UGP	A classificação do Projeto poderá ser rebaixada.	Valor total previsto para 2025 é de R\$ 90 milhões	R\$ 30 milhões já deliberados pelo COGERF.	Existe nova solicitação de R\$ 40 milhões ao COGERF.	Final de maio
PGS Setores 2 e 3	SRH	N/A	Envio do Documento Revisado	Documento sendo revisado pela Empreiteira após revisão do Engenheiro.	Aguardando o documento	30/06/2025
PSRI Setor 2 e 3	SRH	Impossibilidade legal de iniciar obras.	Validar com PGE (Setor 3) e resolver pendências fundiárias (Setor 2).	Análise do documento e emissão de parecer (Setor 3).	Setor 2: Relatório de Implementação a ser enviado ao Banco. Setor 3: Finalização do Documento.	30/06/2025
Contratação Plano de Segurança das Barragens.	COGERH	Ações corretivas formais por parte do BIRD por descumprimento de cláusula contratual.	Acompanhar o processo de contratação junto à PGE e cumprir o Plano de Ação acordada.	Edital de SDP aprovado pelo Banco em 25/5/2025.	lançamento do Edital e contratação	27/06/25 (Lançar Edital - PGE)
DMC's: Próximos Pagamentos.	CAGECE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SOCIOAMBIENTAL Atividades Pós Obra.	CAGECE	Não validação do recebimento das obras.	Atualização dos relatórios mensais	Análise de todas as atividades realizadas durante a obra.	Aguardando os relatórios mensais para analisar as atividades.	N/A
PAPER _ Lições Aprendidas (lote 1).	CAGECE	N/A	N/A	Em elaboração pela equipe	N/A	-
Pesquisas Domiciliares SAB-SC	IPECE	Falha na avaliação de impacto e nos PDO's sociais.	Realizar a licitação com antecedência	N/A	Fazer cronograma e garantir execução T2(25) e T3 (20).	-
PAAES Prazo de Execução	SCIDADE S	Atividade pode ser considerada uma despesa não elegível	Acompanhamento estreito entre contratado e contratante	-	Celeridade na aprovação dos Produtos.	-

Fonte: UGP/IPECE

Wagner Rios (UGP/IPECE): Destacou que um dos principais entraves do Projeto é o descumprimento do *pari passu* na execução de recursos da contrapartida previsto no Contrato de Empréstimo. Explicou que o Banco Mundial financiou 80% dos recursos, e que a contrapartida local deveria ser, no mínimo, 20%. Contudo, o Projeto já exigiu mais que isso e ainda assim não atingiu o mínimo acordado. Esse fato comprometeu a avaliação do banco quanto à contrapartida e pode gerar sanções. A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) estimou os recursos necessários por semestre, e o banco efetuou os desembolsos conforme previsto. No entanto, os pagamentos não seguiram a regra: em vez de 80% do banco e 20% da contrapartida, muitas medições da Obra do Sistema Adutor foram pagas 100% com recurso do empréstimo.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Como complemento, pontuou que o Arranjo Institucional do Projeto estabelece a SRH como uma das principais executoras técnicas, enquanto a Seplag atua como representante formal do mutuário perante o BIRD. Por essa razão, ambos os órgãos precisaram atuar de forma coordenada na viabilização dos recursos de contrapartida. Destacou que a UGP tem envidado todos os esforços dentro de sua esfera de competência; contudo, por não dispor de força institucional suficiente para assegurar, de forma autônoma, a liberação dos recursos, torna-se imprescindível o apoio articulado dos demais entes envolvidos. Nesse contexto, ressaltou o papel estratégico do Comitê Intersetorial como instância de articulação e deliberação política capaz de mobilizar os atores institucionais, remover obstáculos operacionais e promover decisões integradas que garantam a continuidade dos desembolsos e o pleno cumprimento das obrigações contratuais. Reforçou, por fim, que entre as sanções previstas para a não efetivação tempestiva da contrapartida está a possibilidade de suspensão dos desembolsos por parte da fonte financiadora (BIRD).

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Abordou os pontos críticos referentes ao aspecto socioambiental. Para contextualizar, explicou que as obras financiadas pelo Projeto exigiram maior acompanhamento social e ambiental, seguindo as instruções contidas no Marco de Gestão Socioambiental do banco. Por essa razão, foi necessário que em ambas as intervenções fosse apresentado dois planos: Plano de Gerenciamento Socioambiental (PGS) e um Plano Simplificado de Reassentamento Involuntário (PSRI). As obras dos DMCs sob a responsabilidade da CAGECE apresentaram documentos e obtiveram a não objeção do Banco Mundial. Já a obra da Adutora teve o PGS dividido em três setores. O Setor 1 está praticamente concluído, e os Setores 2 e 3 entraram em execução. Para esses últimos, identificou-se a necessidade de modificações no PGS e conforme previsto contratualmente, os planos deveriam passar por adaptações sempre que necessário.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Explicou que o plano ajustado foi apresentado ao Banco Mundial, que emitiu considerações e o devolveu para ajustes. O processo seguiu a hierarquia estabelecida: a empreiteira elaborou o documento, que foi submetido à análise do engenheiro fiscal responsável. A fiscalização, por sua vez, reportou-se à SRH, com apoio da UGP, que conduziu o encaminhamento ao Banco. Em conjunto com a UGP e a SRH, a equipe trabalhou para finalizar os ajustes. A entrega do documento estava prevista para 30 de maio, data que não foi cumprida devido à necessidade de uma análise mais crítica das ações realizadas. Diante disso, a equipe recomendou que o documento fosse encaminhado até o dia 30/06, para que pudesse realizar as devidas considerações e, assim, enviá-lo ao Banco Mundial ainda no mês de junho. Atrasos anteriores já haviam gerado cobranças frequentes por parte do banco.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Ainda sobre o ponto anterior, informou que o documento estava com a empreiteira, passando por ajustes relacionados aos indicadores. Esses ajustes foram solicitados pelo banco ao longo do processo, com a recomendação de que os mesmos fossem vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Por esse motivo, a empreiteira realizou as alterações necessárias, o que justificou a permanência do documento em sua posse.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): O Plano Simplificado de Reassentamento Involuntário (PSRI) informou que do Setor 2 foi aprovado, publicado e passou por audiência pública. Em seguida, a equipe finalizou o relatório de implementação e o enviou ao Banco Mundial.

Luiz Carlos (SRH): No Setor 1, não houve problemas. Apesar da existência de áreas judicializadas, a situação não impediu o andamento das ações, pois os proprietários não apresentaram objeções ao pagamento. Todos assinaram os termos de acordo, e o processo transcorreu sem entraves. Já no Setor 2, a equipe identificou seis áreas que precisaram ser judicializadas, principalmente devido à recusa dos proprietários em assinar os termos de acordo. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) já recebeu três ou quatro processos, que ficaram sob responsabilidade do Procurador. Apesar da equipe da SRH ter alertado previamente sobre a situação, os processos ainda não foram encaminhados. A desapropriação dessas áreas ficou a cargo da PGE.

Luiz Carlos (SRH): Explicou que a empreiteira elaborou os laudos e a SRH os encaminhou e realizou audiência pública. No entanto, durante a fase de negociação, a responsabilidade passou à PGE, que atuou em conjunto com a SRH. Se os proprietários assinarem o termo de acordo as áreas ficam liberadas, caso não, as áreas permanecem bloqueadas. Mesmo que a equipe identificasse a possibilidade de solução administrativa, com a assinatura e liberação,

uma vez judicializado, o processo não pôde mais ser revertido. Sobre o PRSI do Setor 3, surgiram diversos problemas e o próprio Banco Mundial solicitou uma análise crítica do documento. Após a equipe realizar a análise, a UGP ainda identificou inconsistências e a SRH devolveu o processo para o Engenheiro. Este, por sua vez, encaminhou o material para a empreiteira realizar os ajustes necessários. As inconsistências não se tratavam de correções simples, que podem ser corrigidos ao longo do processo, mas apresentavam informações divergentes no próprio documento.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Esclareceu que sem a emissão da "não objeção" por parte do Banco, as obras não podem ser iniciadas no setor. Portanto, enquanto o processo não for finalizado e aprovado pelo banco o início da execução continua inviável.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Ainda sobre o item PSRI, perguntou se o relatório de implementação "As Built" do Setor 1 já foi solicitado a empreiteira contratada e sugeriu que já fosse sendo minutado.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Sobre a contratação dos Planos de Segurança das Barragens Banabuiú e Gavião informou que essa atividade está vinculada diretamente a um dos indicadores do Contrato de Empréstimo. O objetivo foi elaborar os planos de segurança das barragens do Gavião e do Banabuiú, que ainda não possuíam esse instrumento. O primeiro contrato celebrado não foi executado a contento, o que exigiu uma nova contratação. A equipe optou por realizar um processo de seleção de consultoria. A expectativa é que seja publicada a Solicitação de Propostas (SDP) no dia 30/06, com abertura da proposta prevista para o dia 30/07.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Sobre as atividades pós obra, explicou que as obras dos Distritos de Medição e Controle (DMC's), executadas pela Cagece, ocorreram em bairros urbanos de Fortaleza, organizadas por setores hidrométricos, como Floresta, Expedicionário e Aldeota. Essas intervenções foram divididas em dois lotes e já entraram na terceira fase, correspondente à etapa de performance.

Laura Gonçalves (UGP/IPECE): Solicitou informações acerca dos pagamentos das medições da obra dos DMC's.

Gil Lima (CAGECE): Informou que apesar do avanço físico, houve atrasos nos pagamentos relacionados à performance. No caso do lote 1, uma reestruturação societária de uma das empresas contratadas impediu a realização das medições, o que comprometeu o cronograma. Já o lote 2 apresentou uma série de pendências técnicas no final da fase 2, o que também causou o adiamento das medições. A expectativa da equipe foi de normalizar essa situação a partir de julho.

Christina Bianchi (UGP/IPECE): Ressaltou que já se identificava a necessidade de iniciar as atividades de pós-obra e intensificar o acompanhamento das ações ainda pendentes na fase de performance.

Gil Lima (CAGECE): Sobre o *paper* solicitado pelo Banco, informou que está em elaboração. No dia 11 de junho houve uma reunião com os consultores do Banco Mundial. Na ocasião, a equipe apresentou pontos específicos que interferiram diretamente na execução contratual. Um exemplo citado foi o de um condomínio cujas instalações internas se encontravam subdimensionadas, exigindo uma reserva técnica de 36 horas, quando o padrão da ABNT determina apenas seis horas por unidade. Essa situação já existia antes da implantação dos DMC's, mas se agravou com a gestão de pressões realizada pelo sistema. Diante desse cenário, a equipe elaborou um projeto interno e o consórcio responsável realizou um acordo direto com o condomínio. Embora a Cagece não tivesse atribuição para atuar em instalações internas, o consórcio, por ser uma empresa privada, pôde intervir juridicamente e deu início às obras necessárias dentro do condomínio, solucionando o problema da baixa pressão.

Gil Lima (CAGECE): Relatou que apesar desse entrave mencionado, o desempenho do lote 1 permanece satisfatório. O lote 2, embora tenha iniciado sua fase operacional mais tardiamente, apresentou bons resultados. A expectativa é de que, em breve, os dois lotes atinjam os indicadores de redução de perdas e de Índice de Perda Linear (IPL) estabelecidos no contrato. Explicou que a meta contratual fixada pelo banco era de 316 metros por ligação/ano. A equipe já havia registrado um índice de 319, levemente acima do limite, devido principalmente aos ajustes em andamento no lote 2. Contudo, durante reunião realizada na terça-feira anterior, as projeções indicaram que a meta seria superada, podendo atingir até 120% de cumprimento já no mês de julho.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre as Pesquisas Domiciliares, informou que estão ocorrendo discussões acerca da contratação de empresa realizar duas etapas da pesquisa que servirá como subsídio para alimentar os indicadores de resultado do Projeto. O objetivo é mensurar os efeitos da chegada da água da adutora aos municípios beneficiados, especialmente quanto à redução do tempo dedicado à coleta de água uma tarefa que, em geral, recai sobre as mulheres.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Complementou informando que o IPECE já realizou uma primeira pesquisa amostral, probabilística, com coleta de dados de linha de base. A intenção, a partir da chegada da água, é repetir a medição e comparar os resultados para verificar se houve mudanças no cotidiano da população. Ademais, ficou acordado que

serão realizadas duas pesquisas: uma em 2025, para capturar os efeitos iniciais nos primeiros municípios atendidos, e outra em 2026, abrangendo todo o território beneficiado. No entanto, a equipe reforçou que não será possível iniciar a coleta imediatamente após a chegada da água, sendo necessário aguardar pelo menos três meses para que os efeitos sejam percebidos pela população, conforme acordado com o Banco Mundial durante a última missão.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Comentou que será apresentado um vídeo da evolução da obra do sistema adutor e que a expectativa é de que, nos próximos dois meses, os primeiros municípios já recebam água tratada na fase de operação assistida, período em que ainda não haverá cobrança, permanecendo sob responsabilidade da empreiteira contratada. Ademais, informou que haverá uma reunião com os prefeitos dos municípios que não são operados pela Cagece para avaliar a possibilidade de migração. Os processos de definição do arranjo institucional já haviam sido iniciados, com a formalização e elaboração das minutas de regulamentação. A equipe já havia compartilhado os documentos com a PGE, que tomou ciência formal do processo. A PGE, inclusive, levantou uma série de dúvidas que o Consultor responsável pelo apoio nessa área, respondeu na semana anterior. Para essa semana, a equipe espera uma resposta da PGE e da SCIDADES para o início das discussões junto à microrregião e o avanço no trâmite necessário para formalizar o Arranjo Institucional do Sistema Adutor.

Giuseppe Nogueira (UGP/IPECE): Sobre o PAAES sugeriu que a representante da SCIDADES no Comitê verificasse a possibilidade de realizar ajustes no cronograma de execução do Plano junto a empresa contratada, tendo em vista que a data prevista para conclusão da atividade é novembro de 2026, data muito próxima ao término do Contrato de Empréstimo.

V. GERENCIAMENTO FINANCEIRO

Tabela 1 – Saldo da Conta Operativa em junho 2025 (R\$)

VALOR DESEMBOLSADO EM REAIS	563.619.999,16
VALOR EXECUTADO ATÉ 24/06/2025	553.815.224,27
SALDO DESEMBOLSADO A EXECUTAR	9.804.774,88

Fonte: UGP/IPECE

Laura Gonçalves (UGP/IPECE): Informou que o saldo da Conta Operativa do Projeto é de R\$ 9.804.774,88, tendo sido desembolsado R\$ 563.619.999,16 e pago até a data de corte (24/06) o montante de R\$ 553.815.224,27.

Quadro 3: Desembolsos X Empenhos (R\$).

PERÍODO	DESEMBOLSADO	SALDO INTERNALIZAÇÃO	EMPENHADO	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2020	8.177.297,92	8.177.297,92	2.420.219,32	5.757.078,60
2021	13.013.218,72	18.770.297,32	12.675.205,32	6.095.092,00
2022	84.524.326,79	90.619.418,79	74.831.894,00	15.787.524,79
2023	65.386.901,37	81.174.426,16	79.209.021,96	1.965.404,20
2024	355.888.901,50	357.854.305,70	337.888.788,61	19.965.517,09
2025	36.629.352,85	56.594.869,94	84.155.319,28	-27.560.449,34
AMORTIZAÇÕES				34.711.768,46
SALDO LIVRE PRA EMPENHO				7.151.319,12
VALORES EMPENHADOS E NÃO PAGOS				2.653.455,76
SALDO - CONTA BANCÁRIA				9.804.774,88

Fonte: UGP/IPECE.

Laura Gonçalves (UGP/IPECE): Destacou o panorama de desembolsos e empenhos realizados em todos os anos do Projeto, informando que o saldo financeiro livre para realização de empenhos é de R\$ 7.151.319,12. Esclareceu que o valor negativo diz respeito aos valores amortizados para devolução do adiantamento feito para a empreiteira responsável pela obra do SAB-SC que nos sistemas corporativos figura como saldo empenhado, mas que na conta financeira ainda figura como saldo a executar.

Quadro 4: Sumário – LOA, Empenhos e Pagamentos 2025 em (R\$).

SETORIAL	LEI + CRÉDITO	VALOR EMPENHADO	SALDO (A) – (B)	% (B)/(A)
ARCE	304.000,00	134.370,00	169.630,00	44,20%
CAGECE	15.718.711,26	823.713,91	14.894.997,35	5,24%
CGE	10.000,00	-	10.000,00	0,00%
FUNCEME	115.000,00	34.669,05	80.330,95	30,15%
IPECE	2.277.530,71	1.696.911,59	580.619,12	74,51%
SCIDADES	2.010.132,00	-	2.010.132,00	0,00%
SEPLAG	57.932,00	-	57.932,00	0,00%
SRH	192.656.854,86	79.042.897,59	113.613.957,27	41,03%
COGERH	7.330.000,00	2.422.757,14	4.907.242,86	33,05%
TCE	-	-	-	-
TOTAL	220.480.160,83	84.155.319,28	136.324.841,55	38,17%

Fonte: UGP/IPECE.

Laura Gonçalves (UGP/IPECE): Descreveu o panorama de execução da LOA 2025 na fonte do Projeto, sendo o valor programado de R\$ 220.480.160,83 e o empenhado de R\$ 84.155.319,2, que corresponde a 38,17% de execução da LOA até o momento. Informou também que há um saldo a empenhar de R\$ 136.324.841,55 até o final do ano.

Quadro 5: Valores Empenhados e não executados 2025 em (R\$).

SETORIAL	CONTRATOS	EMPENHADO	PAGO	SALDO
CAGECE	Engenheiro: Consórcio Igneo Ingeniería Sostenible, S.L., Nip Global Ltda e Concremat Engenharia e Tecnologia S.A	2.455.958,62	2.424.838,15	31.120,47
	Jean-Michel Marcel Albert Martinez	206.818,84	115.262,20	91.556,64
FUNCEME	Maestria Comunicação e Eventos Ltda	132.615,00	119.595,00	13.020,00
	Squitter Equipamentos Profissionais do Brasil Ltda	6.900.636,78	5.367.161,94	1.533.474,84
TOTAL		9.696.029,24	8.026.857,29	1.669.171,95

Fonte: UGP/IPECE.

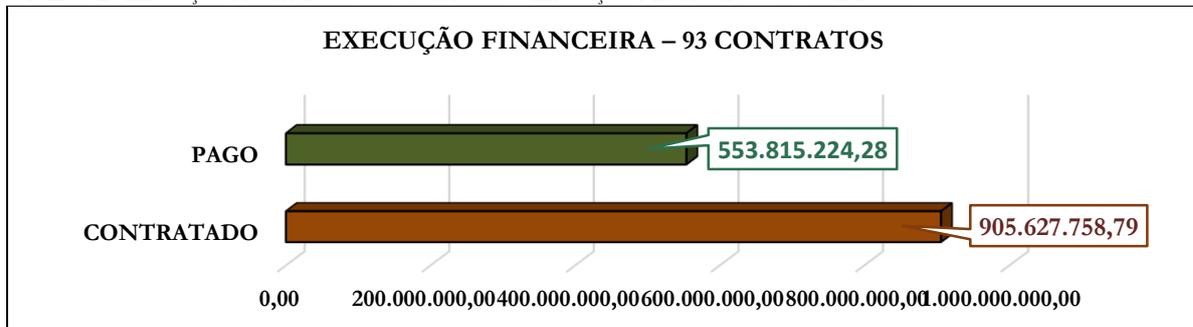
Laura Gonçalves (UGP/IPECE): Esclareceu que do montante empenhado ainda não foi pago R\$ 1.669.171,95.

Gráfico 1: Execução Acumulada dos Contratos – Contratos por Fases – 93 Contratos Assinados.



Fonte: UGP/IPECE

Gráfico 2: Execução Acumulada dos Contratos – Execução Financeira – 93 Contratos.



Fonte: UGP/IPECE.

Laura Gonçalves (UGP/IPECE): Ressaltou que até o momento foram firmados 93 contratos, destes, 68 foram concluídos, 22 estão em fase de execução e 3 foram rescindidos.

VI. ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Figura 1: Visão Geral das Atividades no Projeto de Segurança Hídrica e Governança.



Fonte: UGP/IPECE.

Quadro 6: Atividades a Contratar – Risco.

Componente	Nº	Setorial	Categoria de Gastos	Atividades	Previsão de Assinatura	Risco
I	1	COGERH	Consultoria	Serviços Especializados de Engenharia para Complementação dos Planos de Segurança das Barragens Gavião e Arrojado Lisboa.	Set/25	Alto
III	2	IPECE	Serviço	Serviços para Realização de Duas Pesquisas domiciliares na área de abrangência dos municípios do Sistema Adutor Banabuiú – Sertão Central.	Nov/25	Médio

Fonte: UGP/IPECE.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Destacou os contratos que apresentam risco de execução além da vigência do Acordo de Empréstimo. Sobre a atividade “Serviços Especializados de Engenharia para Complementação dos Planos de Segurança das Barragens Gavião e Arrojado Lisboa” ressaltou que houve entraves com a empresa contratada anteriormente e a setorial está em processo de licitação para seleção e contratação da Consultoria.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre a atividade “Serviços para Realização de duas pesquisas Domiciliares na área de Abrangência dos Municípios do Sistema Adutor Banabuiú – Sertão Central” informou que a equipe está alinhada e a causa de estar em “risco alto”, se deve ao fato de que a pesquisa só deverá ocorrer após a chegada da água nas residências.

VII. INDICADORES

Quadro 7: Sumário de Metas.

CUMPRIDAS	A CUMPRIR		TOTAL*
	2025	2026	
22	2	13	37

Fonte: UGP/IPECE.

Obs.: * Espera-se que 65% das metas estejam cumpridas até dezembro de 2025;

** As metas com maior risco de atraso estão relacionadas ao Sistema Adutor Banabuiú-Sertão Central que serão cumpridas apenas no último ano do Projeto.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Destacou as metas alcançadas, que somam 22, e a previsão de cumprimento de mais 2 até o final do ano. Pontuou que as metas que apresentam maior risco de não cumprimento são as relacionadas ao SAB-SC.

Quadro 8: Metas Cumpridas.

SETORIAL	INDICADOR		METAS (INTERMEDIÁRIAS E FINAL)
FUNCEME	Sistema de Previsão Climática fortalecido.	1	Informações do Sistema de Previsão Climática disponíveis ao público.
		2	Previsão de afluência da água para os reservatórios estratégicos do Estado gerada duas vezes ao mês, no período de dezembro a abril, com base em dois modelos climáticos globais (ECHAM e CAM).
COGERH	Melhoria das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião.	3	Painel de especialistas em segurança de barragens contratado.
CAGECE	Proposta de revisão da estrutura tarifária.	4	Estudo para revisão da estrutura tarifária da água contratado.
		5	Proposta de revisão da estrutura tarifária da água finalizada.
		6	Estudo de revisão da estrutura tarifária da água aprovado pela Diretoria da CAGECE.
		7	Proposta de revisão da estrutura tarifária da água apresentada e aprovada pelas agências regulatórias.
CAGECE	Número de Distritos de Medição e Controle criados em Fortaleza.	8	09 DMC's
		9	18 DMC's
		10	44 DMC's
SEPLAG	Sistema GIP implementado e em operação – SEPLAG.	11	Sistema 100% implementado e disponível a todos os usuários.
		12	10% dos novos Projetos da SDA analisados através do sistema
		13	20% dos novos Projetos de recursos hídricos analisados através do sistema.
TCE	Percentagem de obras públicas monitoradas	14	Sistema de monitoramento de obras desenvolvido e operacional, com drone e sala de situação interconectados.
		15	70% das obras do Projeto monitoradas. 50% das grandes obras do Estado (acima de R\$50 milhões) monitorados.
		16	Meta final: 100% das obras do Projeto monitoradas. 80% das grandes obras do Estado (acima de R\$50 milhões) monitorados.
IPECE	Grupo dedicado criado no IPECE para fornecer suporte técnico.	17	Grupo criado dentro da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.
		18	Estudo inter e intra-setorial de demanda utilizando o modelo entrada e saída (input output) finalizado
		19	Meta final: Estudo inter- e intra-setorial de demanda utilizando o modelo entrada e saída (input output) finalizado.
CGE	Índice médio de avaliação de contratos desenvolvido.	20	Metodologia de cálculo definida, incluindo critérios de avaliação a serem determinados pelas instituições que usarão o sistema juntamente com a empresa contratada.
COGERH	Percentagem de usuários estratégicos da água regularizados – COGERH.	21	Meta final: 80%
COGERH	Percentagem de usuários registrados que possuem macromedição	22	Meta final: 75%

Fonte: UGP/IPECE.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Esclareceu que no quadro 8 é possível observar as setoriais com as metas já alcançadas.

Quadro 9: Metas a Cumprir 2025.

SETORIAL	INDICADOR		METAS (INTERMEDIÁRIAS E FINAL)
COGERH	Melhoria das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião.		Meta Intermediária 02: Análise Periódica de Segurança da Barragem do Gavião e Estudos Complementares para a Barragem do Banabuiú contratados. Base de dados para armazenamento de dados de instrumentação das barragens operadas pela COGERH, incluindo alertas automatizados, desenvolvida (Previsão de cumprimento em 06/2025) .
ARCE	Resolução para regulação do controle patrimonial dos ativos de água e saneamento publicada.		Meta Final: Resolução Publicada. (Previsão de cumprimento em 06/2025) .

Fonte: UGP/IPECE.

Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre o indicador “Melhoria das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião” comentou que a COGERH está no processo de contratação da empresa que fará os Planos de Segurança de Barragens.

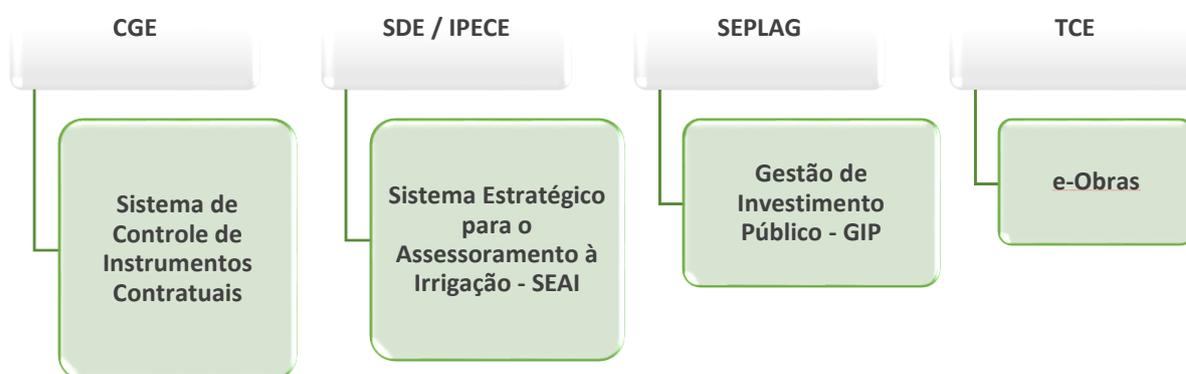
Wagner Rios (UGP/IPECE): Sobre o Indicador “Resolução para regulação do controle patrimonial dos ativos de água e saneamento publicada” informou que o manual já foi finalizado e a consulta pública também.

Alexandre Caetano (ARCE): Informou que a resolução está em vias de ser votada pelo conselho diretor da ARCE e que a previsão é de o assunto entre na pauta da próxima reunião. Ademais, esclareceu que o manual foi considerado

o elemento de maior destaque, mas a etapa mais trabalhosa e custosa foi a certificação dos ativos, que compôs a base regulatória da Cagece. Essa fase gerou intensos debates e envolveu centenas de milhões de reais. O TCE chegou a realizar uma auditoria, e o auditor, ao analisar os valores, inicialmente questionou os custos, mas posteriormente compreendeu que os recursos se destinavam à certificação da base, uma etapa anterior e refletida no valor do produto. Antes dessa resolução, houve outra que aprovou o valor da base de ativos, valor que já havia sido fechado. A Cagece, embora não estivesse completamente satisfeita, reconheceu que o valor já estava sendo considerado no processo de revisão tarifária em andamento.

Alexandre Caetano (ARCE): Sobre o projeto “Melhoria de Processos de Controle, Fiscalização e Certificação de Informações para Regulação dos Serviços de Saneamento Básico” informou que o projeto foi aprovado e os produtos começaram a ser entregues. O Produto 1 já tinha sido apresentado, o Produto 2 foi realizado, e a consultoria estava ajustando os pontos necessários para aprovação. O projeto seguiu em conformidade com o cronograma.

VIII. SISTEMAS DESENVOLVIDOS



Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou que foram desenvolvidos quatro sistemas com recursos do Projeto, incluindo o novo sistema de contratos, o “E-Contratos”.

Marcos Henrique (CGE): Sobre o Sistema “e-Contratos” informou que a consultoria finalizou o projeto no fim de abril, e entre maio e agosto ocorreram ajustes necessários para a entrada em operação. A proposta do sistema foi oferecer uma nova abordagem em relação ao SAC, sistema anterior de controle financeiro dos contratos do Estado. Esclareceu que o e-Contratos passou a abranger também o acompanhamento físico das obras e ocorrências contratuais, com foco na digitalização. Ao contrário do sistema anterior, no qual as assinaturas eram feitas separadamente, o novo sistema centralizou toda a interação, inclusive com fornecedores. A ferramenta foi integrada ao SUITE e já havia passado por treinamentos no primeiro semestre para ambientar os órgãos. Como a implantação envolveu mudanças significativas na execução da despesa pública, a estratégia adotada foi a de implantação gradual. Alguns órgãos começaram a utilizar o sistema ainda em 2025, e outros ingressariam ao longo de 2026. O SACC continuará operando paralelamente por um período, como ocorreu com o SUITE e o VIPROC.

Vandemberk Rocha (SDE): Sobre o Sistema Estratégico para o Assessoramento à Irrigação – SEAI informou que houve a migração do Sistema para a plataforma para SDE. No mês de julho, foi organizado um projeto piloto no Tabuleiro de Russas, com a participação de cinco produtores, com o objetivo de ajustar o funcionamento do sistema em campo. O sistema irá gerar relatórios que podem ser utilizados para compor o Relatório de Desempenho do Projeto. A equipe discutiu o uso do sistema com os produtores e destacou como aspecto mais relevante a escolha do município de Tabuleiro de Russas, por se tratar de uma área de bom perímetro irrigado de circuito fechado, o que possibilitou maior controle do processo.

Adauto Oliveira (SEPLAG): Informou que o Sistema de Gestão de Investimento Público (GIP) foi implantado como tecnologia pioneira no Brasil. O Estado do Ceará liderou essa iniciativa, com o objetivo de cadastrar os grandes projetos e submetê-los a uma avaliação de viabilidade por um grupo técnico de Gestão de Investimento que é ligado ao COGERF. Esse grupo realizou a priorização e, a partir disso, os projetos foram submetidos ao governador para seleção. O sistema foi estruturado para centralizar o ciclo de vida dos grandes projetos, desde a origem até a priorização e execução. Os primeiros projetos cadastrados foram os SRH e SDA, alinhados com as metas do IPF. Informou que

o secretário já havia preparado a apresentação ao governador, que decidirá como deseja visualizar e selecionar os projetos. A ideia era utilizar inicialmente o GIP como banco de projetos, reunindo todos os projetos estruturantes e não executados. Assim, qualquer gestor poderia acessar e visualizar as iniciativas estratégicas do Estado. Complementou, pontuando que a secretaria adotou critérios de priorização que incluíram viabilidade financeira, contrapartidas e aspectos ambientais. A expectativa é que o GIP ajude a selecionar projetos com garantia de financiamento e menos riscos de execução.

IX. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES

Quadro 10: Apresentação dos Resultados.

SETORIAL	ATIVIDADE	FORNECEDOR	APRESENTAÇÃO
TCE	Sistema de monitoramento de obras (e-Obras).	-	OK
CAGECE	Elaboração de Estudo de Mercado e da Estrutura Tarifária da Concessionária para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.	CTR 201/2021 - QUANTUM DO BRASIL LTDA	OK
FUNCEME	Monitoramento Utilizando Técnicas de Modelagem Hidrológica e de Sensoriamento Remoto dos Pequenos Açudes Visando sua Incorporação na Estimativa de Aporte aos Reservatórios Estratégicos do Estado.	14/2021 - UP TRANSFER GMBH AT THE UNIVERSITY OF POTSDAM	OK
ARCE	Modernização da Gestão e da Atividade Regulatória da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.	04/ARCE/2023 - DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA	OK
IPECE	Consultoria para Desenvolvimento de Metodologia do Cálculo do PIB do Agronegócio e do PIB da Agricultura Familiar do Estado do Ceará e Uso de Instrumentos de Análise de Impactos Econômicos com Enfoque nos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	08/2022 - QUADRANTE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA.	OK
FUNCEME SDE	Levantamento Cadastral de Produtores Rurais, Determinação de Indicadores Socioeconômicos e Estimativa de Demandas Hídricas do Setor Agropecuário nas Bacias do Baixo, Médio e Alto Jaguaribe, Banabuiú e Salgado no Estado do Ceará.	12/2022 - 3V3 TECNOLOGIA LTDA.	OK
IPECE SDE	Consultoria para Implementação e Implantação do Sistema Estratégico para o Assessoramento à Irrigação - SEAI do Programa de Eficiência do Uso da Água no Setor Agropecuário para Cinco Bacias do Estado do Ceará (Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú e Salgado).	12/2022 - 3V3 TECNOLOGIA LTDA.	
COGERH	Prestação de Serviços de Consultoria, Contemplando as Ações de Regularização de Recursos Hídricos para as 12 (doze) Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.	066/2022/COGERH - CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA LTDA / REGEA GEOLOGIA, ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA / IRRIGART ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE LTDA.	OK
IPECE	Sistema de Contas Econômicas Ambientais da Água Utilizando Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo Produto.	06/2024 - ROGÉRIO BARBOSA SOARES	OK
CAGECE	Consultoria Especializada para Implantação de Melhorias nos Processos de Gestão de Empreendimentos da CAGECE.	0098/2023 - CONSÓRCIO MELHORIAS DE GESTÃO FALCONI CONSULTORES S.A E EFFICO SANEAMENTO LTDA	AGOSTO 2025
SEPLAG	Consultoria para Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão de Investimento Público (GIP) do Poder Executivo do Estado do Ceará.	018/2022 - CONSÓRCIO MTC: MACROPLAN - PROSPECTIVA, ESTRATÉGIA E GESTÃO S/S LTDA. / TRANSPLAN - PLANEJAMENTO E PROJETOS S.A. / J C M FREITAS-SERVIÇOS DE INFORMÁTICA (CHERRY IT)	OUTUBRO 2025
ARCE	Elaboração de Manual de Controle Patrimonial Destinado aos Setores de Distribuição de Gás Canalizado, de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, no Âmbito do Estado do Ceará.	0007/2023/ARCE - KROLL BRASIL LTDA	DEZEMBRO 2025
CGE	Consultoria para o Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Controle de Instrumentos Contratuais do Poder Executivo do Estado do Ceará.	07/2022 - CONSÓRCIO: CONFIDERE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA. E CANIX SOLUÇÕES E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.	FEVEREIRO 2026

Fonte: UGP/IPECE.

Alice Menezes (UGP/IPECE): Passou a palavra para Rogério Barbosa, consultor contratado pelo IPECE para elaborar a atividade: “Sistema de Contas Econômicas Ambientais da Água utilizando Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo Produto” para que mesmo realize a apresentação dos resultados para os membros do Comitê.

Rogério Barbosa: Iniciou a sua apresentação Power Point, disponível no link:

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2025/06/Apresentacao_Proj_IPECE_BM_MIP_Recursos-Hidricos.pdf

Alice Menezes (UGP/IPECE): Informou que para a próxima reunião do Comitê está programada a apresentação da Cagece.

PRÓXIMA REUNIÃO DO COMITÊ IPF

Alice Menezes (UGP/IPECE): A próxima reunião do Comitê será realizada no dia 28 de agosto de 2025 no formato presencial.

X. ENCERRAMENTO

Alice Menezes (UGP/IPECE): Finalizou a reunião, agradecendo o apoio, disponibilidade e presença na reunião do Comitê.

XI. ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações nas Reuniões.

Gráfico da Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê Intersectorial de Segurança Hídrica e Governança de Janeiro/2020 a Junho/2025

